UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MYLENA DE SOUZA COSTA

OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO JUNTO AO PÚBLICO ADULTO

DELMIRO GOUVEIA/AL
2025

MYLENA DE SOUZA COSTA

OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO JUNTO AO PÚBLICO ADULTO

Artigo apresentado ao corpo docente da Universidade Federal de Alagoas - UFAL – Campus do Sertão, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prefº. Drº. José Ivamilson Silva Barbalho

DELMIRO GOUVEIA – AL
2025

Folha de Aprovação

AUTOR: MYLENA DE SOUZA COSTA

OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO JUNTO AO PÚBLICO ADULTO

Artigo apresentado ao corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas UFAL – Campus do Sertão e aprovada em 30 de Maio de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE IVAMILSON SILVA BARBALHO
Data: 03/06/2025 16:24:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Prefº. Drº. José Ivamilson Silva Barbalho

Banca Examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE ROBERTO DA SILVA
Data: 03/06/2025 21:16:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Prefº. Drº. José Roberto da Silva

gov.br Documento assinado digitalmente
JULIO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Data: 03/06/2025 18:41:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Prefº. Drº. Júlio Bispo dos Santos Júnior

OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO JUNTO AO PÚBLICO ADULTO

Mylena de Souza Costa[1]

RESUMO

Esse texto é uma análise do pensamento freiriano que prioriza a educação como prática da liberdade e a luta contra o analfabetismo no Brasil. Procura entender como está a situação do analfabetismo no Brasil atual a partir da reflexão dos dados colhidos no último Censo Nacional do IBGE no período de 2022. Identifica as ações governamentais contra o analfabetismo na história republicana e pensa Paulo Freire como paradigma teórico para enfrentamento dos desafios do analfabetismo no país no tempo presente. Embora seja um texto da década de 1960, do século e do milênio passados, encontra-se completamente atual e verdadeiro. A superação de uma sociedade opressora a partir de uma pedagogia do oprimido busca a libertação pela consciência de si mesmo como agente de transformação e construção social. Assim, toda "ordem social" injusta gerada pela violência dos opressores, comumente identificados no Brasil pela sua elite escravocrata que desumaniza o sujeito, deve ser combatida com a busca da consciência de si mesmo como pessoa e pela consciência de si mesmo enquanto classe oprimida.[2] Aqui é caracterizado como grande equívoco os homens "oprimidos" terem no seu "opressor" o seu testemunho de homem, o seu testemunho de "humanidade".[3] Não é cabível na pedagogia de Paulo Freire que os oprimidos, imersos na engrenagem da estrutura implantada pelo opressor, temam a liberdade e se sintam incapazes de reagir ao opressor ou assumir o risco pela sua própria liberdade.[4] Portanto, o grande desafio para a liberdade e libertação do oprimido é a sua alfabetização.

Palavras-Chave: Desafios. Alfabetização. Educação. Adulto. Prática de Liberdade.

[1] Licenciatura em Pedagogia – Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Campus do Sertão – 12 de março de 2025 – Orientador: Professor Drº José Ivamilson Silva Barbalho.

[2] FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 72ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 45

[3] Ibid. p. 45

[4] Ibid. p. 47

ABSTRACT

This text is an analysis of Freire's thinking that prioritizes education as a practice of freedom and the fight against illiteracy in Brazil. It seeks to understand the current situation of illiteracy in Brazil based on data collected in the last IBGE National Census in 2022. It identifies government actions against illiteracy in the history of the republic and considers Paulo Freire as a theoretical paradigm for facing the challenges of illiteracy in the country today. Although it is a text from the 1960s, from the last century and millennium, it is completely current and true. Overcoming an oppressive society through a pedagogy of the oppressed seeks liberation through self-awareness as an agent of transformation and social construction. Thus, every unjust “social order” generated by the violence of the oppressors, commonly identified in Brazil by its slave-owning elite that dehumanizes the subject, must be fought by seeking self-awareness as a person and by self-awareness as an oppressed class. Here, it is characterized as a great mistake for “oppressed” men to see their “oppressor” as their testimony as a man, their testimony of “humanity”. It is not acceptable in Paulo Freire’s pedagogy for the oppressed, immersed in the gears of the structure implemented by the oppressor, to fear freedom and feel incapable of reacting to the oppressor or taking risks for their own freedom. Therefore, the great challenge for the freedom and liberation of the oppressed is their literacy.

Keywords: Challenges. Literacy. Education. School. Adult.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....07
2. AÇÕES GOVERNAMENTAIS CONTRA O ANALFABETISMO 11
3. PAULO FREIRE COMO PARADIGMA TEÓRICO DE ENFRENTAMENTO AO DESAFIO DO ANALFABETISMO NO TEMPO PRESENTE.....16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....21
REFERÊNCIAS.....23

INTRODUÇÃO

Legalmente, no Brasil, é considerada uma pessoa adulta aquela que completou 18 anos de idade.[5] Este trabalho é uma análise sobre os desafios da alfabetização desse público alvo considerado adulta, ou seja, dos 18 anos até a idade mais tenra cuja expectativa de vida na atualidade é 76,4 anos.[6]

Entende-se por alfabetização a "ação de ler e escrever, já o letramento é a utilização desta tecnologia em práticas sociais de leitura e de escrita".[7] Uma vez delimitado as bases conceituais da temática, acima citados, se faz necessário identificarmos as fases da idade adulta que se propõe estudar e refletir de forma mais pontual. Porquanto, o desafio é uma ocasião ou grande obstáculo que deve ser ultrapassado, apresentado na fase de vida das pessoas que, por algum motivo, ou não puderam ou não tiveram a chance ou não encontraram a oportunidade de terminar seus estudos ou mesmo frequentar uma escola formal.

Primeiramente deve-se atentar para a faixa etária entre os 18 anos e 24 anos que identifica o tempo de conclusão do ensino médio (17 anos) e o período de curso do ensino superior, caso completassem o ensino básico na idade adequada. Porém, o que se constata é atraso e a evasão escolar presente no ensino fundamental e no ensino médio, onde um percentual significativo dos jovens dessa idade já abandonaram a escola ou ainda estão no ensino básico obrigatório.[8] Outro agravante dessa constatação do IBGE é a

---

[5] Em termos jurídicos, é adulta a pessoa com 18 anos. Contudo, do ponto de vista biológico, é aquele indivíduo que chegou ao ápice do seu crescimento e funções biológicas. Do ponto de vista psicológico e social a vida adulta passa por nuances como equilíbrio financeiro, mudanças de perspectiva e de comportamento e de relacionamentos. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/ja-se-questionou-se-e-um-adulto-especialistas-explicam-sensacao/ Acesso em: 07 de março de 2025.

[6] No país, a esperança - ou expectativa - de vida ao nascer subiu de 71,1 anos em 2000 para 76,4 anos em 2023. Entre os homens, esse indicador foi de 67,3 anos para 73,1 anos, no período, e entre as mulheres, de 75,1 anos para 79,7 anos. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/expectativa-de-vida-sobe-para-76-4-anos-no-brasil-apos-queda-durante-a-pandemia Acesso em: 07 de março de 2025.

[7] SILVA, Paulina Gessika Ferreira e SANTOS, Maria Raiana Barbosa dos. **Alfabetização e Letramento: conceitos e diferenças.** Conedu – VII Congresso Nacional de Educação. Centro Cultural de Exposição Ruth Cardoso, Maceió-Alagoas. 15 a 17 de outubro de 2020.

[8] O dado alarmante nessa fase da vida entre 18 e 24 anos de idade, segundo o IBGE, é que cerca de 70,6% dos pretos e pardos não frequentam a escola e não concluíram o ensino superior, enquanto entre os brancos a taxa foi de 57,0%.
Disponível em: www.agenciadenoticias.ibge.gov.br Acesso em: 07 de março de 2025.

distância entre pessoas pretas/pardas e brancas acirrando ainda mais as desigualdades sociais no Brasil.[9]

Precipuamente, vale salientar as principais causas do afastamento e abandono das escolas, já que a taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos foi de 30,5% na data mais recente do ano de 2023. Dentre elas são: para os homens, a necessidade de trabalhar em primeiro lugar e a falta de interesse em segundo lugar; já para as mulheres, além desses dois iniciais, a gravidez, os afazeres domésticos ou o cuidado de pessoas são os grandes motivos do afastamento das escolas.[10] Estes desafios são a causa da continuidade do processo de opressão do oprimido, ele não consegue se libertar de suas próprias necessidades, de suas ocupações básicas e para pensar numa sociedade mais justa.

Dados do Censo Demográfico de 2022 mostram que 7% da população brasileira acima de 15 anos que não sabem ler ou escrever um bilhete. Este analfabetismo corresponde a 11,4 milhões de pessoas.[11] Apesar do índice ainda altíssimo, a taxa caiu com o passar das décadas no Brasil.[12] Esse quantitativo é distribuído pelas Regiões do Brasil da seguinte forma: no Nordeste brasileiro essa taxa é de 14,2%, no Norte cerca de 8,2%, no Centro Oeste fica em 5,1%, no Sudeste atinge 3,9% e no Sul do país chega a 3,4%.[13] Além do mais, esses números sobre o analfabetismo aumentam entre os povos indígenas chegando a 15,1% instigando o distanciamento dos grupos originários do restante do país. Já entre o grupo de 65 anos ou mais, a taxa de analfabetismo ficou registrado em 20,3% acirrando o Etarismo.[14]

Por certo, o resultado do último Censo indica um índice de alfabetização em 93% com idade igual ou superior a 15 anos, significando que 151,5 milhões

---

[9] O dado alarmante nessa fase da vida entre 18 e 24 anos de idade, segundo o IBGE, é que cerca de 70,6% dos pretos e pardos não frequentam a escola e não concluíram o ensino superior, enquanto entre os brancos a taxa foi de 57,0%.
Disponível em: www.agenciadenoticias.ibge.gov.br Acesso em: 07 de março de 2025.

[10] Ibid.

[11] Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/nacional/analfabetismo-cai-mais-atinge-7-dos-brasileiro-acima-dos-15-anos-diz-ibge Acesso em: 07 de março de 2025.

[12] 1940: 56%, 1950: 50,5%, 1960: 39,6%, 1970: 33,6%, 1980: 25,5%, 1991: 20,1%, 2000: 13,6%, 2010: 9,6% e 2022: 7% Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/nacional/analfabetismo-cai-mais-atinge-7-dos-brasileiro-acima-dos-15-anos-diz-ibge Acesso em: 07 de março de 2025.

[13] Ibid.

[14] Disponível em: www.agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/taxa-de-alfabetizacao-chega-93-da-populacao-brasileira-revela-ibge Acesso em: 08 de março de 2025.

de brasileiros(as) sabem ler e escrever um bilhete simples, refletindo uma expansão educacional. Outra informação importante, segundo o IBGE, indica que as mulheres, no Censo de 2022, apresentam melhores indicadores do que os homens. A taxa de alfabetização ficou registrada em 93,5% da população brasileira, enquanto os homens eram de 92,5%.

Mas os desafios não se encerraram, são muitos que podemos elencar aqui como tópicos a serem debatidos, entre eles:

- Garantir o acesso a programas de alfabetização de Jovens e adultos;
- Diminuição das desigualdades sociais, elevar o interesse do aluno para frequentar a sala de aula;
- Oferta ensino de qualidade com múltiplas abordagens e metodologias;
- Ampliar o número de matrículas, incentivos motivacionais econômicos para os professores;
- Mais creches para as mães;
- Incentivo econômico para o aluno voltar para sala de aula;
- Disponibilidade de recursos didáticos;
- Bolsas para alfabetizadores;
- Priorizar os grupos mais vulneráveis;
- Estabelecer repasse financeiro federal para educação de combate ao analfabetismo;
- Qualificar a educação profissional e tecnológica e, o maior de todos os desafio, unir a classe política e os entes federados (a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios) para um Pacto Federativo e Republicano para efetivação de Política Públicas de combate ao analfabetismo.[15]

A realidade demonstrada nos dados do IBGE revela categoricamente que “as taxas de analfabetismo entre os pretos e pardos são mais do que o dobro das observadas entre os brancos, e, entre os indígenas, quatro vezes

[15] Alguns desses desafios já encontram respostas do Governo Federal que tenta minimizar a situação de analfabetismo no Brasil como, por exemplo, o Programa Bolsa Permanência. É uma política pública voltada à concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior e assim contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados. O recurso é pago diretamente aos estudantes de graduação por meio de um cartão de benefício. Atualmente o valor é de R$ 900,00 para estudantes indígenas e quilombolas e R$ 400,00 para os demais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia Acesso em: 07 de março de 2025.

maior".[16] Entretanto, esses números se comparados às outras épocas são otimistas, ficando perceptível que as taxas de analfabetismo diminuíram em todas as faixas etárias. Mas essa diminuição é tardia, o recenseamento de 1920 indicava que 80% da população era analfabeta[17] e na década de 1950 a metade da população continuava analfabeta.[18] Setenta e cinco anos depois (2025) e ainda é apresentado um país com uma quantidade de gente analfabeta alarmante.[19]

Desta forma, fica claro que o problema do analfabetismo no país é uma consequência das estruturas sociais desiguais causadoras de pobreza construídas por uma elite cuja República é voltada para si mesma. Outrossim, torna-se atual as palavras do doutor em economia, Agassiz Almeida: (ALMEIDA, 2004. p. 17)

> Ambos, o elitismo e o intelectualismo, olham o Brasil sob uma visão negativista, desencantada, tingindo-o com as tintas do pessimismo até fazê-lo um país torturado por ideias morais prenhes de um deus oculto – o do dinheiro – que o embala.

Neste sentido, aprofundamos um pouco mais nossa reflexão afirmando que o maior desafio sendo o político desagua para o clientelismo, o corporativismo, o patrimonialismo e o fisiologismo impregnado do lobby elitista enraizado no insulamento burocrático do Estado brasileiro.[20] Portanto, não existe uma educação para transformar a realidade, mas uma educação com a

---

[16] Disponível em: www.educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao Acesso em: 08 de março de 2025.

[17] PEREIRA, Sueli Menezes. **As reformas educacionais na década de 1920 no Brasil e as políticas de formação de professores primários**. Cad. Hist. Educ. vol.19 no.1 Uberlândia jan./abr 2020. Epub 30-Mar-2020.

[18] Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/analfabetismo-e-ensino-secundario-elitista Acesso em: 08 de março de 2025.

[19] O Censo de 2022 indica ainda 7% de analfabetos no Brasil. Já o número de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto chegou a 35,2% em 2022. Contudo, a problemática da educação pode ser potencializada quando observada o acesso a formação superior. Em 2022, a instrução das mulheres com 25 anos ou mais de idade superava a dos homens. Entre elas, 20,7% tinham nível superior completo. Entre eles, essa proporção era de 15,8%. Entre os brasileiros com mais de 25 anos, 18,4% concluíram o ensino superior no Brasil. Percebe-se que os brancos ainda tem mais acesso ao ensino superior do que os pretos e pardos – 25,8% dos brancos e 11,7% dos pretos. O insulamento burocrático prejudica a todos, mas ainda beneficia os brancos. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42742-censo-2022-proporcao-da-populacao-com-nivel-superior-completo Acesso em: 08 de março de 2025.

[20] NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Zahar, ENAP, 1997. p. 11

finalidade de, certa forma, fazer persistir sua estrutura, seja pela continuidade do pensamento elitista, seja pelo analfabetismo funcional. Contudo, até chegarmos ao ideal libertário de Paulo Freire como base teórica transformadora, vejamos o que o Estado moderno brasileiro tem feito, quais suas ações governamentais de combate ao analfabetismo.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS CONTRA O ANALFABESTISMO

O insulamento burocrático construído pelas elites do Brasil também alcançou o sistema de ensino do país. A escola secundária pública foi moldada para absorver os interesses das parcelas dirigentes do país, impondo difíceis exames de seleção para seu ingresso. Foi uma etapa da escolarização construída voltada para os mais privilegiados. Dessa etapa se ingressaria no ensino superior. Já o que foi arquitetado para o povo pobre ou as massas trabalhadoras foi conhecido como “ensino técnico-profissionalizante” que poderia ser industrial, agrícola, comercial ou normal, de caráter terminal, onde o diploma não permitia o acesso às universidades. Uma tendência aberta de imposição subserviente das massas em relação às elites governamentais e oligárquicas.

Esse Sistema Educacional foi pensado pela primeira vez no Brasil na era Varga do período de 1930[21], e posteriormente, de forma ditatorial, denominado de Estado Novo, no período que vai de 1937 até 1945 (PENNA,1989. p. 175).

Conhecido como período da revolução liberal, o sistema educacional foi adequado para atender às necessidades do capitalismo. Dividia o ensino em “ensino das elites” e “ensino das massas”, o primeiro foi estabelecido para fortalecer a capacidade dirigente das elites e o segundo para qualificar as massas trabalhadoras para funções mais complexas da indústria capitalista. O país vinha da política denominada “café com Leite” das oligarquias agrárias escravistas (1889 a 1929) que deixou a população à margem da educação. No entanto, com a mudança de poder, ainda em 1932 foi lançado o Manifesto dos

[21] Disponível em: memoriasdaditadura.org.br/um-sistema-de-ensino-em-construcao/ Acesso em: 08 de março de 2025.

Pioneiros da Educação Nova, entendendo que a prosperidade de um povo passa pela educação:

> Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade.[22]

Também defendeu que o Estado implantasse uma educação única, pública e laica rumo ao futuro.

> A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação são outros tantos princípios em que assenta a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais (de classes, grupos ou crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação. [...] Mas, de todos os deveres que incumbem ao Estado, o que exige maior capacidade de dedicação e justifica maior soma de sacrifícios; aquele com que não é possível transigir sem a perda irreparável de algumas gerações; aquele em cujo cumprimento os erros praticados se projetam mais longe nas suas consequências, agravando-se à medida que recuam no tempo; o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação que, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana.[23]

No mesmo sentido, a Constituição de 1934 determinou que a educação fosse "um direito de todos os brasileiros."[24] Em 1937, foi publicada a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que estabeleceu uma ampla reforma e estruturação do sistema educacional brasileiro recriando o Ministério da Educação e Saúde.[25] Apesar de todas essas mudanças, foi somente no governo do militar Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951), com o fim da era Vargas, que as primeiras "Leis Orgânicas de Educação" foram decretadas.

---

[22] **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova** (1932). Disponível em: https://web.archive.org/web/20090323080415/http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm Acesso em: 08 de março de 2025.

[23] **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Disponível em: https://web.archive.org/web/20090323080415/http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm Acesso em: 08 de março de 2025.

[24] Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia/1930-1939 - Acesso em: 08 de março de 2025

[25] Ibid. - Antes conhecido como Ministério de Educação e Saúde Pública.

Nesse tempo os índices de analfabetismo ainda eram altíssimos apesar de sua diminuição em relação ao início do século.

> Em 1950, 14.900.000 eram alfabetizados e 15.350.000 analfabetos. Por conseguinte, diminuímos a percentagem de analfabetos de 65% para 51%, em cinquenta anos, mas em números absolutos, passamos a ter mais do dobro de analfabetos. A situação tornou-se muito pior em 1950, portanto, do que em 1900.[26]

Depois de 13 anos de debates, foi aprovada a primeira LDB (Lei de Diretrizes de Bases da Educação) em 1961, estabelecendo três níveis da educação: o primário (fundamental para crianças de 7 a 12 anos e o "supletivo" para jovens e adultos), o médio e superior. No entanto, um pouco antes desse período, foi lançada a Campanha de Educação de Adultos em 1947, abrindo a discussão sobre o alfabetismo de adultos e criando o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA) voltado ao ensino Supletivo.[27]

Nesse contexto, foi o Supletivo que evoluiu para alcançar os adultos analfabetos do Brasil. Anteriormente, entretanto, na década de 1967, o regime militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Instituído pela Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967[28] no governo do presidente Arthur da Costa e Silva como órgão de assistência financeira e técnica às iniciativas de alfabetização de jovens e adultos. Esse movimento brasileiro de alfabetização perdurou até 1985, início da redemocratização do Brasil. Ainda sob o regime

---

[26] GASPAR, Carlos. **Falência do ensino primário**. O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 28 set. 1957. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/abc. Acesso em: 08 de março de 2025.

[27] MIRANDA, Leila Conceição de Paula; SOUZA, Leonardo Tavares; PEREIRA, Isabella Rodrigues Diamtanino. **A trajetória histórica da EJA no brasil e suas perspectivas na atualidade. Seminário de iniciação científica**, p. 5, 2016, Montes Claros. Eventos do IFNMG, 2016, Montes Claros. Anais.
Disponível em: https://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2016/proppi/sic/resumos/ Acesso em: 08 de março de 2025.

[28] O método inaugurado por Paulo Freire modificou a estrutura dos cursos para adultos, permitindo criar uma nova maneira de interpretar o adulto analfabeto. Assim sendo, o analfabeto passou a não ser "tratado com um ser a que lhe falta algo que precisa adquirir, mas como uma pessoa necessitada de rever suas posições, conscientiza-se de seu mundo, procurar analisar, compreender e transformar-se profundamente, se for o caso" (ROCCO, 1979, p.106). SANTOS, Leide Rodrigues dos. **MOBRAL: a representação ideológica do regime militar nas entrelinhas da alfabetização de adultos**. Revista Crítica Histórica. Ano V, nº 10, dezembro/2014 ISSN 2177-9961.
Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/fcarvalho,+MOBRA – Acesso em: 08 de março de 2025.

militar, na década de 1970, destacou-se o ensino supletivo com o objetivo de alfabetizar funcionalmente os adultos.

> A instituição do ensino supletivo na Lei n. 5.692/71. resultou, porém numa maior diversidade e organização da oferta de educação formal de adultos, obrigando as diversas esferas do poder público a se estruturarem e comprometerem-se de alguma forma na sua consecução. De fato, nos anos que se seguiram à promulgação daquela Lei, o ensino supletivo alcançou uma implantação real através da criação de órgãos administrativos e programas educacionais destinados a jovens e adultos. (SIQUEIRA; FREITAS; HADDAD. 2021, p.348)

Adentrando o período da Nova República democrática, década de 1980, pós regime militar, houve um grande esforço coletivo parlamentar na Constituinte para aprovação da nova Carta Magna para o Brasil, a Constituição Federativa de 1988, a "Constituição Cidadã". Segundo a UNESCO, seria necessário alfabetizar cerca de 935.843 indivíduos por ano para erradicar o analfabetismo até o final do milênio (1999) no Brasil.

> A Unesco estimava que o Vimos que a implantação do ensino supletivo na função suplência após a Lei n*.' 5.692/71 ocorreu em todo o território nacional. Apesar da fragilidade dos dados disponíveis, é possível afirmar que o atendimento escolar decorrente desta implantação se deu em níveis quantitativos absolutamente insuficientes face à demanda potencial por educação de jovens e adultos. Tomemos como exemplo a alfabetização de adultos. Segundo dados fornecidos pela Fundação Educar e analisados por técnicos da Unesco, entre 1983 e 1985 o Brasil teria alfabetizado apenas 4,4% do número de analfabetos estimados no período, o mais baixo índice dentre os oito países analisados Brasil precisaria alfabetizar entre 1981 e 1999, 935.843 indivíduos por ano para atingir a meta de eliminação do analfabetismo até o final do milênio. (Ibid, p. 356)

A Constituição de 1988 prevê a educação como um direito social no artigo 6º [29] e a estabeleceu como um direito de todos, bem como previu medidas para erradicação do analfabetismo. Portanto, é dever do governo federal, dos estados e municípios, assegurar a oferta pública e gratuita de educação escolar para jovens e adultos. Mas foi somente em 1996 que surgiu

[29] **Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Nova redação dada ao art. 6º pela EC 90/15).

na nova LDB, de nº 9.394/96, que reafirmou o direito, garantia e acesso dos jovens e adultos ao ensino básico como dever dos entes federados.

Todos os esforços no período democrático visavam, em tese, a erradicação do analfabetismo, a permanência do aluno em sala de aula, a continuidade dos estudos e sua conclusão. A volta do aluno adulto, sua permanência e a continuidade na escola são os novos desafios para o novo milênio.

Desde o início do novo século e milênio, nos governos Lula (2003-2007) e Dilma (2011-2014), foram propostos múltiplos programas de inclusão do adulto na sala de aula. Além da criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação do analfabetismo (2003), vários programas foram lançados: Programa Brasil Alfabetizado (2003), Projeto Escola de Fábrica, PROJOVEM, Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA). De 8 a 13 de dezembro de 2008, instituições e segmentos estiveram presentes, em Natal-RN, na Reunião Técnica da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos onde reafirmaram seu compromisso com a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Dessa reunião nasceu a “Carta de compromisso com a agenda territorial de desenvolvimento integrado da educação de jovens e adultos no brasil”.[30] Em 2013, o Programa Brasil Alfabetizado objetivava alfabetizar jovens, adultos e idosos, estimulando-os a continuar sua formação em cursos de educação de jovens e adultos (EJA). Para que houvesse essa continuidade, nos dois governos do presidente Lula, o gasto público social chegou a R$ 638,5 bilhões de reais, cerca de 15,24% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. (SADER, 2013. p. 254)

No governo de Dilma, ficou previsto para 2017, com o programa Brasil Alfabetizado, uma ampliação para atender a 250 mil jovens e adultos. O aumento, conforme o Ministério da Educação, representaria 50% a mais de vagas no ciclo daquele ano.[31] Contudo, com o golpe de 2016, novos rumos

[30] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/agenda_cartacompromisso.pdf Acesso em: 09 de março de 2025.

[31] Disponível em: portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/204-10899842/39281-**brasil-alfabetizado-sera-ampliado-em-2017-e-atendera-250-mil-jovens-e-adultos** – Acesso em: 09 de março de 2025.

foram dados para a educação no governo Temer.[32] Por fim, por causa de questões econômicas, políticas e ideológicas, o Brasil fica marcado pela descontinuidade das políticas públicas voltadas para a educação.

Na atualidade, além dos outros desafios, a questão econômica, política e ideológica, superam todos os desafios para um Brasil sem analfabetos. A sociedade letrada, a elite nacional e o mercado nutrem um desprezo pelo povo, trazendo a constatação social é de uma classe dominante que pouco se importa com a classe trabalhadora em significativas situações

Como proposta transformadora, cabe-nos uma reflexão metodológica de enfrentamento da descontinuidade social e do combate ao analfabetismo absoluto e funcional, apostamos na consciência de classe e amparado-nos no teórico Freireano.

PAULO FREIRE COMO PARADIGMA TEÓRICO DE ENFRENTAMENTO: OS DESAFIOS DO ANALFABETISMO NA CONTEMPORANEIDADE

Pensar “Paulo Freire” sem repetir o que já foi dito por outros acadêmicos será o grande desafio dessa reflexão. Os princípios e saberes identificados em sua pedagogia serão como uma redescoberta num contexto completamente novo em relação ao tempo de sua análise. Da publicação de Pedagogia do Oprimido (1968) e a Pedagogia da Autonomia (1996) o coração de um expressivo número de pessoas talvez tenha permanecido o mesmo em seu orgulho, egoísmo e vaidade. Disse Freire sobre o ser humano inconclusivo inserido num permanente movimento de procura e inquietação:

> É neste sentido, por exemplo, que me aproximo de novo da questão da inconclusão do ser humano, de sua inserção num permanente movimento de procura, que rediscuto a curiosidade ingênua e a crítica, virando epistemológica. [...]Daí a crítica permanentemente presente em mim à malvadeza neoliberal, ao cinismo de

[32] Governo Temer suspende programa nacional de combate ao analfabetismo - 29 de agosto de 2016. “Com uma das piores taxas de analfabetismo da América do Sul e sem cumprir compromissos internacionais na área, o Brasil interrompeu o programa federal que ensina jovens e adultos a ler e escrever.” – Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/185-noticias-2016/559419-governo-temer-suspende-programa-nacional-de-combate-ao-analfabetismo. Acesso em: 09 de março de 2025.

> sua ideologia fatalista e a sua recusa inflexível ao sonho e a utopia. (FREIRE, 2020A. p. 16)

O interior do ser humano não apresenta sinais de mudanças em relação a uma ética e moral. Apesar disso, o homem/mulher modernos potencializou seu intelecto no desenvolvimento de grandes e inovadoras tecnologias; na bioengenharia, no processo evolutivo da comunicação e na eficiência dos transportes que, em trinta anos, transformou o mundo. Aconteceram mudanças no homem do capitalismo comercial, industrial e financeiro impactando o comportamento das pessoas.

A realidade contemporânea é refletida pela Nomofobia, onde a dependência tecnológica se tornou parte do cotidiano. É um fenômeno moderno que afeta a vida de todo ser humano no planeta. A partir dessa transformação, a capacidade de comunicação e compreensão do mundo foi potencializada e amplificada espelhando nas mutações culturais que vivemos. Consequentemente, o medo patológico de ficar sem acesso ao celular, tablets e computadores jogou a nova geração num mundo virtual que vem alterando as relações sociais. O isolamento social, o sentimento de pânico ao pensar que pode ficar sem o celular e a falta de limite no uso das tecnologias que alteram a qualidade de vida são algumas sequelas dessa nova era. A relação ensino-aprendizagem enfrenta, por sua vez, esse novo desafio.

Diante desse novo e dinâmico contexto, grandes desafios pedagógicos e metodológicos se apresentaram: desde a valorização do educando à nova postura dos educadores. O trabalho aqui será reinterpretar a profundidade das provocações freirianas, em e para nossos dias, num mundo ainda e cada vez mais global com crises econômicas, climáticas, políticas sociais complexas e profundas.

Como Exilado no Chile, Paulo Freire escreveu sua tese em pleno capitalismo financeiro, sob a Guerra Fria, e, no Brasil, sob o regime ditatorial civil-militar dos anos 1960. Muita coisa mudou através dos anos, o que nos levará a pensar, nesse novo tempo histórico, na maneira como poderemos aplicar seus conhecimentos. Será que é relevante e importante a sua pedagogia para o mundo globalizado? Ela atual e inovadora ao ponto de nortear as bases da educação no tempo presente?

As próprias palavras de Freire contextualizam à atualidade seu conteúdo e suas conclusões: “Daí a crítica permanentemente presente em mim...O meu ponto de vista é o dos “condenados da Terra”, o dos excluídos.” (FREIRE, 2020a. p.16). Sua pedagogia procura construir uma sociedade solidária inspirada pela liberdade, justiça social e ética. Disse Freire sobre seus “escritos”:

> Este pequeno livro se encontra cortado ou permeado em sua totalidade pelo sentido da necessária eticidade que conota expressivamente a natureza da prática educativa, enquanto prática formadora. Educadores e educandos não podemos, na verdade, escapar à rigorosidade ética... A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe.[33]

Diante disso, sabemos que os desafios do passado é o mesmo ou mais sofisticado no presente. Também sabemos que a exploração da força de trabalho dos homens e mulheres no passado continuam atuais no presente. Ainda sabemos que aqueles que falseiam a verdade, que iludem os incautos e condenam e golpeiam o fraco e indefeso do passado continuam agindo da mesma forma no presente. Portanto, a briga pedagógica de Paulo Freire é histórica e verdadeira. É uma “prática especificamente humana” (FREIRE, 2020a. p.19), para aquele “coração” citado no início da reflexão.

O princípio básico de sua pedagogia fundada na ética, no respeito, na dignidade humana e na autonomia do educando torna seu pensamento, como ciência da educação, um estudo crítico-histórico para todos os tempos. A pedagogia da prática educativo-progressiva, da ação educativa-crítica alerta contra todas as práticas perversas de desumanização impostas pelo capitalismo vigente, que tenta se impor como natural, aceitável e inevitável.

Para Freire, o compromisso histórico da pedagogia é com a solidariedade e a ética universal para todos os seres humanos em qualquer tempo. A “nova ordem mundial” de hoje, que oprime não é natural e nem é obra divina, é consequência de indivíduos perversos que tentam destinar a miséria e o sofrimento a massa trabalhadora. A falta de solidariedade, o individualismo, egoísmo e o egocentrismo crescente do indivíduo a elite opressora são temas de reflexão de suas pedagogias. É o que podemos chamar de uma pedagogia

[33] Ibid. p. 17

de possibilidades e não de determinismos, é uma pedagogia que constroi a história com responsabilidade e compromisso com amor a vida, e a liberdade. É uma pedagogia que leva a pessoa a ser ator e co-autor nela, a ter endereço na história, a ser protagonista da mesma. Por isso a relevância de se reconhecer que é um ser "condicionado", mas não um ser "determinado" no mundo (FREIRE, 2020a. p.20). Não aceita o fatalismo, o imobilismo, a realidade estática e a opressão, pelo contrário, rompe com a imutabilidade alienante, o apego às tradições nocivas e todo conservadorismo hipócrita. Todavia, o rompimento com essa realidade só será possível com uma educação libertária, quando afirma: "como presença consciente no mundo não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-me no mundo" (FREIRE, 2020a. p.20).

A palavra chave da pedagogia do oprimido de Freire é liberdade. O grande problema condicionado à virtude proposta por Freire é o "medo da liberdade" e como o oprimido se libertará do "opressor construído em si mesmo" ao longo de sua vida. Por isso, inegavelmente, também apresentou a busca da "consciência de si mesmo" como o começo da resposta à questão supracitada.

> O grande problema está em como poderão os oprimidos, que "hospedam" o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram "hospedeiros" do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo. (FREIRE, 2020b. p.43)

De acordo com a Constituição de 1988[34], a liberdade do indivíduo é um princípio fundamental para construção de uma sociedade saudável. Na categoria dos princípios fundamentais está artigo 3º que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, no inciso I - construir uma sociedade livre, justa e solidária.[35] Na categoria dos direitos e deveres individuais e coletivos está o Artigo 5º que assegura e preconiza essa virtude: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-

[34] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 12 de março de 2025.
[35] Ibid.

se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, **à liberdade**[36], à igualdade, à segurança e à propriedade.[37] Portanto, para a CF/88 do Brasil, liberdade é um direito fundamental. Para Freire, liberdade é a autonomia do educando, é a vivência no mundo de forma crítica e consciente a partir de sua autodeterminação. (FREIRE, 2020b. p.39)

Quando a ordem social se caracteriza injusta, quando a realidade histórica se torna desumanizada, quando a violência do opressor instaura a alienação e a coisificação do ser, quando a exclusão social determina política públicas alienando o sujeito de direitos, do conhecimento e da riqueza, então, toda a pedagogia de Freire permanece um marco para a liberdade é um paradigma de luta.

A pedagogia de Freire caminha para a democratização do poder, do saber e da economia. É a vocação da liberdade como consciência de si mesmo e consciência do outro. São homens e mulheres que se propõem a si mesmo como o problema, para encontrar a saída de si mesmo em si mesmo.[38]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[36] Grifo nosso

[37] Nos termos seguintes dos incisos: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer; XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar; XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens; XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

[38] FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 72º ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 39

Ao longo deste trabalho, as discussões apresentadas permitiram compreender que os desafios da alfabetização junto ao público adulto no Brasil vão muito além da simples ausência de acesso à escolarização. Trata-se de um fenômeno marcado por raízes históricas, políticas e sociais profundamente enraizadas, que se manifestam na exclusão educacional persistente das camadas populares. Desse modo, os caminhos trilhados por Paulo Freire, ainda que tenham se dado em outra época, revelam-se extremamente atuais, ao proporem uma pedagogia crítica voltada à libertação e valorização do sujeito oprimido. A análise das principais ações governamentais voltadas à superação do analfabetismo, como os programas educacionais supracitados, evidenciou avanços importantes, mas também expôs limitações estruturais. Tais reflexões, articuladas à pedagogia freiriana, reforçam que o enfrentamento ao analfabetismo adulto requer mais do que políticas pontuais: exige uma ruptura com as lógicas excludentes e coloniais que historicamente moldaram a educação brasileira.

Muitos desafios são constantes na experiência do povo brasileiro, que em sua maioria empurra para fora da sala de aula ou cria uma situação de desprezo pela aprendizagem. Portanto, encontrar saídas ou respostas para tal situação passa, necessariamente, pela desconstrução do pensamento colonialista que foi implementado ao povo como algo natural e determinado ou por Deus ou pelo acaso. A sociedade brasileira foi construída sobre a base das violências da colonização; sob o patrimonialismo, o clientelismo e a burocratização do estado português que oprime as massas populares.

Mais recentemente, do final da década de 1990[39], se procura no decolonialismo a proposta de uma práxis pedagógica insurgente e propositiva, aqui nesse artigo, pensado como um casamento ideal com o pensamento freiriano de libertação do povo pela educação. Como Freire, o decolonialismo, assunto que pode ser analisado em outra ocasião, também, propõe uma

[39] QUINTERO, Pablo, FIGUEIRA Patrícia e ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. São Paulo: MASP, 2019. p. 3

construção do conhecimento valorizando os saberes de grupos subalternizados.

> Os estudos pós-coloniais, por sua vez, são oriundos de importantes centros de produção acadêmica do chamado “primeiro mundo” e surgiram com uma forte influência do pós-modernismo e do pós-estruturalismo, mais focados, portanto, na análise do discurso e da textualidade. Com êxito editorial maior que o de outras correntes críticas nesses centros mundiais de enunciação, o pós-colonialismo teve, também desde os anos 1990, uma forte influência na produção intelectual periférica, sempre atenta ao discurso dominante (QUINTERO, 2019. p. 3).

Não obstante, o que ainda acontece no Brasil é a ausência de união do povo simples provocado pelas elites dominantes, algo que facilita sua manipulação política, social e econômica. A ausência da consciência de classe e da consciência de sua posição na sociedade leva ao conflito de interesse onde o próprio oprimido acaba defendendo o opressor. Prática comum, principalmente, entre os pobres de direita e a classe média do centro direita e da extrema direita. Talvez, a maior de todas as utopias de Paulo Freire seja a de unir todos os oprimidos para libertá-lo. Como disse:

> Se, na teoria antidialógica da ação, se impõe aos dominadores, necessariamente, a divisão dos oprimidos com que, mais facilmente, se mantém a opressão, na teoria dialógica, pelo contrário, a liderança se obriga ao esforço incansável da união dos oprimidos entre si, e deles com ala, para a liberação. (FREIRE, 2020. p.20)

Conclui-se, portanto, que a dinâmica do analfabetismo no Brasil exige uma transformação estrutural no modo como se compreende e se pratica a educação de jovens e adultos. A pedagogia de Paulo Freire, ao clamar por uma prática dialógica e emancipadora, oferece subsídios essenciais para repensar o papel da escola e promover educação que dialogue com a realidade do público adulto, valorize os saberes populares e contribua para a construção de uma sociedade mais crítica e inclusiva.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife – PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

ALMEIDA, Agassiz. **A República das Elites**: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo. Rio de Janeiro, 2004.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.º 11: Brasília, 2013. pp. 89-117.

BRASIL, **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Atualizada em 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm - Acesso em: 10 de março de 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 64ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 72º ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020b.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 15º ed. – São Paulo: Global, 2004.

FAORO, Raymundo. **Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 5ª ed. – São Paulo: Globo, 2012.

MIRANDA, Leila Conceição de Paula; SOUZA, Leonardo Tavares; PEREIRA, Isabella Rodrigues Diamantino. **A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade.** Seminário de iniciação científica, 5., 2016, Montes Claros. Eventos do IFNMG, 2016, Montes Claros. Anais.
Disponível em: https://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2016/proppi/sic/resumos/ Acesso em: 08 de março de 2025.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasileia: ENAP, 1997.
PENNA, Lincoln de Abreu. **Uma História da República**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

QUINTERO, Pablo, FIGUEIRA Patrícia e ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. São Paulo: MASP, 2019.
RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.
SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.

SIQUEIRA, Maria Clara Di Pierro; FREITAS, Maria Virgínia de; HADDAD, Sérgio. **O ensino supletivo- função suplência- no Brasil**: indicações de uma pesquisa. p. 356. Disponível em: https://mariaclaradipierro.com.br/wp-content/uploads/2021/01/haddad-di-pierro-freitas-rbep-70-n.166-p.-346-370 1989.pdf - Acesso em: 08 de março de 2025.

SANTOS, Leide Rodrigues dos. **MOBRAL**: a representação ideológica do regime militar nas entrelinhas da alfabetização de adultos. Revista Crítica Histórica. Ano V, nº 10, dezembro/2014 ISSN 2177-9961. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/fcarvalho,+MOBRA – Acesso em: 08 de março de 2025.